

COMENTÁRIOS À DEDUÇÃO “TRANSCENDENTAL” DO PRINCÍPIO MORAL NA FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES¹

ANDRÉA LUISA BUCCHILE FAGGION

Universidade Estadual de Campinas

andreabucchile@bol.com.br

1. A ESTRUTURA DA DEDUÇÃO “TRANSCENDENTAL” NA TERCEIRA SEÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO

Uma dedução como a transcendental visa estabelecer a validade objetiva de um princípio sintético *a priori*. Significa apresentar um terceiro termo que se encarregue de conectar necessariamente dois termos que, isolados, não estão em relação de implicação. Para que a dedução tenha sucesso, é preciso que aquilo que deve ser deduzido seja demonstrado como condição de possibilidade para algo que é dado independentemente (justamente o terceiro).

Não parece ser só a lei moral, mas também a liberdade, ou ao menos a necessidade de sua pressuposição, que receberia uma dedução nestes moldes na **Fundamentação**. Kant tenta na terceira seção desta obra provar (a) a relação de mútua implicação entre liberdade e moralidade e (b) a relação necessária entre a pressuposição da liberdade, que poderia fazer o mesmo papel que a realidade objetiva da liberdade, e a vontade, para assim ligar a moralidade à vontade por meio da pressuposição da liberdade (o terceiro termo). Neste trabalho, eu darei (a) por concedido a Kant e me preocuparei com (b). A passagem ao imperativo categórico também não me preocupará, porque traz uma gama de problemas que estenderia em demasia este trabalho.

Kant tentará provar (a) por análise. Já a relação expressa em (b) Kant vê como sintética, ou seja, pela simples análise do conceito de vontade não encontraríamos a necessidade da pressuposição da liberdade. Encontramos sim o conceito de racionalidade, pois Kant chega a identificar vontade e razão prática (Cf. **FMC**, II, §12, BA 36). Kant tem que provar que a racionalidade da vontade (terceiro termo então desta dedução auxiliar), no entanto, só é possível em conexão com a liberdade. Mas, para que a dedução da lei moral seja viável, a demonstração requerida em (b) não pode depender de considerações morais. Deve se ater exclusivamente ao conceito de racionalidade prática em geral, ou seja, a racionalidade dos princípios hipotéticos deve bastar para a dedução, porque a ligação *a priori* da moralidade com a vontade é o que está para ser estabelecido.

2. O ARGUMENTO PRELIMINAR

No final do §3 da terceira seção da **Fundamentação**, Kant não se considera ainda em condições de deduzir o conceito de liberdade e anuncia o que vem a seguir como uma preparação para isso. No

¹ Este texto é parte de pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

início do §4, Kant nos lembra que a moralidade tem que valer para todos os seres racionais. Assim, como a moralidade seria provada por derivação da liberdade, esta propriedade tem que ser atribuída à vontade de todos os seres racionais e não só à humana. Feitas estas colocações, Kant coloca sua primeira premissa: “as mesmas leis que obrigariam um ser que fosse verdadeiramente livre continuariam a ser válidas para um ser que não possa agir de outro modo senão sob a idéia da sua própria liberdade”. (FMC, III, §4, BA 100, nota). Esta premissa parece totalmente descabida. Parece-me óbvio que com a mera pressuposição da liberdade, Kant teria que se contentar em provar, no máximo, que a lei moral também tem que ser pressuposta, mas não que ela de fato nos obriga, ou seja, a moralidade pode não passar de uma ilusão necessária². Esta é uma objeção, digamos, convencional.

A **Crítica da Razão Pura** pretende ter estabelecido a impossibilidade do conhecimento teórico da liberdade. Na **Crítica da Razão Prática**, Kant pretende ter provado a realidade objetiva prática da liberdade apenas porque teria a lei moral já garantida como uma lei capaz de preencher o lugar vazio deixado pela primeira **Crítica** (Cf. CRPr, A 85). Ao dizer isto estou supondo que a premissa formulada no §4 tem que continuar valendo no decorrer de toda terceira seção da **Fundamentação**. Para defender isto, podemos citar passagens como esta: “a liberdade é apenas uma *idéia* da razão cuja *realidade objetiva* é em si *duvidosa*” (FMC, III, §20, BA 114, os dois últimos grifos são meus). Assim, essa primeira premissa não é uma circunstância específica do §4, seja lá como ele for interpretado. Mantida a premissa, toda terceira seção está fadada ao fracasso quanto à sua meta: provar que há deveres morais. No entanto, façamos uma concessão a Kant e passemos ao desenvolvimento de seu argumento que tenta provar a necessária pressuposição da liberdade por uma vontade racional:

é impossível pensar uma razão que com a sua própria consciência recebesse de qualquer outra parte uma outra direção a respeito dos seus juízos, pois que então o sujeito atribuiria a determinação da faculdade de julgar não à sua razão, mas a um impulso. Ela tem de considerar-se a si mesma como autora dos seus princípios, independentemente de influências estranhas; por conseguinte, como razão prática ou como vontade de um ser racional, tem de considerar-se a si mesma como livre; (FMC, III, §4, BA 101).

Kant argumenta aqui pela impossibilidade de uma razão não se considerar livre ou independente de influências estranhas. O que nos interessa é a passagem desta pressuposição necessária da liberdade lógica (podemos chamá-la assim) para a pressuposição necessária da liberdade transcendental. Não vejo a conclusão suficientemente amparada pela premissa. Mesmo que concedamos a Kant que a razão tem que se conceber como independente da natureza *para julgar*, não se segue que a vontade (mais especificamente o arbítrio) seja livre *para adotar sua máxima fundamental ou seu fim último*, isto bem pode depender de um impulso sensível, restando à vontade a escolha dos meios. Parece que Kant se atrapalha por não ter claro o papel do arbítrio, distinto da razão prática, e é este papel que conta aqui. Todavia, este argumento é apenas preliminar. Kant mesmo tem uma objeção contra ele.

² Allison é um dos vários comentadores que defende o mesmo ponto: “Poderia, certamente, ser reclamado que se alguém acredita ser livre, deve também acreditar estar sujeito a quaisquer leis (se há tais) as quais alguém estaria sujeito se fosse de fato livre. Mas pular disto para o reclame que alguém está realmente sujeito àquelas leis as quais acredita estar sujeito constitui uma colossal *petitio*” (1990, p. 217).

3. A OBJEÇÃO DE KANT AO ARGUMENTO PRELIMINAR

Kant, a partir do §5, inicia uma recapitulação de seu argumento precedente, recapitulação esta que acaba causando perplexidade. A princípio, não há nenhum espanto. Ele diz que o conceito de moralidade foi referido à idéia de liberdade, mas que esta não teve sua realidade demonstrada, apenas a necessidade de ser pressuposta. Neste ponto, ele tira a conclusão ausente no §4, mas que poderia ser inferida por todos: “Da pressuposição desta idéia decorreu porém a consciência de uma lei de ação que diz que os princípios subjetivos das ações, isto é, máximas, têm que ser sempre tomados de modo a valerem também objetivamente [...] a poderem servir para a nossa própria legislação universal” (FMC, III, §6, BA 103). Não fosse o aviso de que o argumento era apenas uma preparação, nos perguntaríamos com o que Kant poderia preencher o restante da terceira seção. Mas podemos imaginar que vai se seguir uma objeção. O problema é como ela se dá. Logo na seqüência, Kant pergunta: “Mas por que é que devo eu submeter-me a este princípio, e isso como ser racional em geral, e portanto todos os outros seres dotados de razão?” (ibid. idem). Ora, aparentemente, esta pergunta já estava respondida. Minha hipótese é que nesta passagem Kant estaria exatamente iniciando sua objeção ao §4, que consiste na denúncia de um círculo vicioso oculto no argumento. Ele inicia o §7 com o que considero a primeira aparição do problema do círculo: “Parece, pois, que na idéia da liberdade pressupusemos apenas propriamente a lei moral, isto é, o próprio princípio da autonomia da vontade, sem podermos demonstrar por si mesma a sua realidade e necessidade objetiva” (FMC, III, §7, BA 103). O problema é que, ao contrário do que Kant deixa transparecer na última citação, não é nem um pouco óbvio que os §§5 e 6 denunciem uma circularidade no §4. Nesses parágrafos temos no máximo a reafirmação de que a natureza não pode sustentar a lei moral, nada impede que algum outro fator também implique na necessária pressuposição da liberdade transcendental.

Kant fala abertamente em círculo no §9: “Mostra-se aqui – temos que confessá-lo francamente – uma espécie de círculo vicioso [...] Consideramo-nos como livres na ordem das causas eficientes, para nos pensarmos submetidos a leis morais na ordem dos fins, e depois pensamo-nos como submetidos a estas leis porque nos atribuímos a liberdade da vontade” (FMC, III, BA 104). Antes, no §8, ele havia dito que achamos que podemos nos interessar apenas por merecer a felicidade, mesmo sem desfrutar dela, mas pensamos assim porque pressupomos a lei moral. Por esta razão, eu penso ser possível uma interpretação da objeção de circularidade, segundo a qual Kant teria percebido o *non sequitur* de seu argumento, tal qual foi apresentado no §4 e percebido também que a única forma de fazê-lo “funcionar” era pressupondo a existência de um interesse apenas no mérito para ser feliz e não na felicidade propriamente. Porém, ao fazer isto, ele estaria pressupondo já a validade da moralidade, ou seja, pressupondo que não estamos iludidos em nossos juízos morais³.

É claro que esta interpretação é muito especulativa, não tem muito apoio textual. Mas o texto de Kant, infelizmente, não nos permite trabalhar de outra forma. Eu proponho como método para checar

³ Vale citar, para não fugir à regra, a passagem em que Paton discute o obscuro procedimento de Kant: “Ele nunca argumentou do imperativo categórico para a liberdade, mas ao menos professou, embora erroneamente, estabelecer a pressuposição da liberdade por um insight dentro da natureza da razão autoconsciente inteiramente independente de considerações morais. Talvez quando ele chegou à objeção, ele estava começando a ver fracamente que a pressuposição da liberdade da vontade realmente repousou sobre considerações morais; mas é certamente inusual para um homem responder o são argumento que ele não colocou e deixar passar o fato que esta resposta é irrelevante para o insano argumento, o qual unicamente foi explicitamente estabelecido” (1947, p. 225).

esta leitura uma interpretação do papel da distinção entre mundo inteligível e mundo sensível, que Kant introduz acreditando poder, com seu auxílio, quebrar o círculo. Uma boa interpretação do círculo observado por Kant teria que mostrar que ele é um problema específico de uma filosofia que não conta com a distinção. O problema é que talvez possamos mostrar que a distinção nada tem a ver com a circularidade como explicada acima, pelo simples motivo de que ela se repete no último argumento, no qual a distinção está atuando. Há um outro problema que poderia ser solucionado com esta estratégia. Todavia, este problema, creio eu, não poderia ser um círculo e impede mesmo a elaboração do círculo que aparece no argumento definitivo. Mas isto fica para depois. Eu começo pela análise do que chamo argumento definitivo.

4. O ARGUMENTO DEFINITIVO

No §10 da terceira seção, Kant dá início ao argumento com que pretende escapar ao círculo: “ainda nos resta uma saída, que é procurar se, quando nós nos pensamos, pela liberdade, como causas eficientes *a priori*, não adotamos outro ponto de vista do que quando nos representamos a nós mesmos, segundo as nossas ações, como efeitos que vemos diante dos nossos olhos” (FMC, BA 105). Vemos aqui, curiosamente, se repetir a estratégia da resolução da terceira antinomia na **Crítica da Razão Pura**. Um ponto de vista será o inteligível e o outro o sensível. A causalidade livre não é um fenômeno como seu efeito e só assim ela é possível. Mas sabemos que nessa **Crítica** o duplo ponto de vista tem a função de compatibilizar liberdade e natureza, então perguntamos: o que isto tem a ver com o problema como foi discutido aqui?⁴ Eu responderia: *nada*. Para provar, pretendo seguir o argumento de Kant e mostrar que voltamos ao mesmo ponto.

O que vem na seqüência é uma rápida tentativa de fundamentação deste duplo ponto de vista que, na verdade, coincide com o idealismo transcendental. Kant acredita que mesmo o “entendimento mais vulgar” poderia chegar à conclusão de que conhecemos os objetos apenas como eles nos afetam e não como são em si mesmos, mas teria que conceder então que há outra coisa que não é fenômeno. O mesmo valeria com relação ao próprio sujeito. É fundamental notar ainda que a coisa em si que está na base do fenômeno, dada ao pensamento como coisa em geral, não é a única via de acesso ao outro ponto de vista. Kant estará, acima de tudo, preocupado com certas faculdades das quais teríamos consciência e que não caberiam no mundo sensível⁵: “pelo que respeita àquilo que nele [no Eu] possa ser pura atividade (aquilo que chega à consciência, não por afecção dos sentidos, mas imediatamente) [deve] contar-se no *mundo intelectual* [*intellektuellen Welt*], de que aliás nada mais sabe” (FMC, III, §11, BA 107). É de se notar a terminologia especial que Kant utiliza para este caso. A atividade da qual temos consciência não

⁴ “Isto pode ser um modo de reconciliar liberdade moral com necessidade causal, mas como vai nos ajudar a sair de nosso círculo?” (PATON, 1947, p. 225).

⁵ Em tempo, é sempre bom fazer o seguinte alerta: “Esta terminologia não deveria nos levar ao erro de pensar que na visão de Kant há dois mundos. Para ele há somente um mundo: embora nós podemos conhecer o mundo somente como ele aparece para nós, o que nós conhecemos é o único mundo real como ele aparece para nós. Nós devemos *conceber* este único mundo (1) como ele aparece para nossa experiência sensível e (2) como ele é em si mesmo [...] A expressão ponto de vista não intenciona, como é algumas vezes pensado, indicar que ou *phenomena* ou *noumena* ou ambos são irrealis: é usada somente para precaver contra a suposição que há dois distintos e separados mundos. Há somente um mundo, mas ele pode ser considerado de dois diferentes pontos de vista” (PATON, 1947, p. 228).

empírica é apenas nossa atividade como *inteligências*. Paton explica: “Em virtude de qualquer atividade pura que possa vir *imediatamente* à consciência o homem conta a si mesmo como pertencendo a um mundo que Kant aqui descreve, não meramente como o mundo inteligível, mas como o mundo ‘intelectual’ – o que é dizer que ele é inteligente tanto quanto inteligível, talvez que é inteligível porque é inteligente” (1947, p. 238).

A atividade pura que especialmente interessa a Kant é a atividade da razão (Cf. **FMC**, III, §13, BA 107-8). A razão teria este papel, porque seus conceitos (as Idéias) não dependem em nada da sensibilidade, estão mesmo além de toda experiência por se referirem ao incondicionado, enquanto os conceitos do entendimento (as categorias), embora não sejam empíricos, só permitem o pensamento de algo na medida em que reúnem necessariamente as representações sensíveis em uma consciência⁶. O próximo passo de Kant ainda é bastante razoável. Se concedermos a distinção fenômeno-númeno, bem como sua concepção de razão, temos que conceder também que o ser racional conta-se, graças fundamentalmente à sua razão, como membro do mundo inteligível, pois, no mundo sensível, não há espaço conceitual para essa faculdade. Assim, o homem, se é um ser racional, estaria ao mesmo tempo, mas não sob o mesmo aspecto, sob leis naturais (como membro do mundo sensível) e racionais (como membro do mundo inteligível).

O problema surge logo a seguir. Diz Kant: “Como ser racional e, portanto, pertencente ao mundo inteligível, o homem não pode pensar nunca a causalidade da sua própria vontade senão sob a idéia da liberdade, pois que independência das causas determinantes do mundo sensível (independência que a razão tem sempre de atribuir-se) é liberdade” (**FMC**, III, §15, BA 109)⁷. O mundo inteligível é o ponto de vista no qual podemos nos pensar como livres. Para o idealista transcendental não há diferença entre ser uma causa livre e pertencer, como causalidade, ao mundo inteligível, porque não pode haver liberdade na natureza⁸. Para quebrar o círculo que expomos, o mundo inteligível teria que ser uma premissa à parte que garantisse a passagem à liberdade. Mas Kant mesmo não pensa esta premissa do mundo inteligível em separado com relação à liberdade, inclusive na última passagem da **Fundamentação** analisada. Kant chega a dizer que “a idéia da liberdade faz de mim um membro do mundo inteligível” (**FMC**, III, §18, BA 111). É claro que também não devemos entender que a liberdade pode ser separada do mundo inteligível e obtida independentemente para que então derivemos este

⁶ Já havíamos encontrado algo muito semelhante na **Crítica da Razão Pura**: “o homem [...] se conhece [...] a si mesmo pela simples apercepção e, na verdade, em atos e determinações internas que não pode, de modo algum, incluir nas impressões dos sentidos. Por um lado, ele mesmo é, sem dúvida, fenômeno, mas por outro, do ponto de vista de certas faculdades, é também um objeto meramente inteligível, porque a sua acção não pode de maneira nenhuma atribuir-se à receptividade da sensibilidade. Chamamos a estas faculdades entendimento e razão; esta última, sobretudo, distingue-se propriamente e sobremodo de todas as forças empiricamente condicionadas, porque examina os seus objetos apenas segundo ideias, determinando, a partir daí, o entendimento, o qual, por sua vez, faz um uso empírico dos seus conceitos (sem dúvida também puros)” (A 546-7, B 574-5).

⁷ Kant, neste sentido, também diz: “a pretensão legítima que mesmo a razão humana vulgar tem à liberdade da vontade funda-se na consciência e na pressuposição admitida da independência da razão quanto a causas determinantes puramente subjetivas, que no conjunto constituem o que pertence somente à sensação e, por conseguinte, cai sob a designação geral da sensibilidade” (**FMC**, III, §25, BA 117).

⁸ “...se o sujeito da liberdade fosse, tal como os restantes objetos, representado como simples fenômeno, também a contradição seria inevitável, porque se afirmaria e negaria ao mesmo tempo justamente a mesma coisa de um mesmo objeto e no mesmo sentido. Mas, se a necessidade da natureza é simplesmente referida aos fenômenos, e a liberdade apenas às coisas em si, não surge assim nenhuma contradição, quando se admitem ou concedem os dois tipos de causalidade, por difícil ou impossível que seja tornar compreensível a da última espécie” (**Prol.**, A 151).

último conceito, porque, neste caso, além de não haver nenhuma leitura possível em que a distinção pudesse dissolver o círculo, já que este se daria justamente na demonstração da liberdade, não haveria coerência com o idealismo transcendental. Devemos interpretar esta passagem de Kant apenas como a afirmação de que quando nos pensamos livres, nos pensamos pertencentes ao mundo inteligível. Mas assim, o círculo que havia surgido no §4 se repete agora, não é quebrado. O problema é apenas remodelado. Enquanto antes não podíamos chegar à liberdade transcendental pela liberdade teórica, sem pressupor a moralidade, agora não podemos chegar à liberdade transcendental, como participação no mundo inteligível, pela participação meramente cognitiva (liberdade lógica), sem pressupor a moralidade.

Para que isto fique mais claro, por um momento, concedamos a Kant que não existe causa inteligível não livre⁹, o que autoriza a inclusão da vontade no mundo inteligível? A razão prática, como uma modalidade de razão, teria que ser inclusa neste mundo, mas a vontade que deve ocupar Kant não é puramente a razão prática. Se aplicarmos sua distinção tardia a este argumento, o que importa é provar a necessária pressuposição da liberdade (transcendental) do arbítrio e este, mais uma vez, pode ser considerado como determinado a um fim por causas sensíveis e livre (portanto, inteligível ou determinável pela razão prática) apenas quanto à escolha dos meios. Poderíamos dizer ainda que a independência que a razão tem de se atribuir é liberdade, mas liberdade lógica, que não implica necessariamente em liberdade transcendental, mas esta liberdade absoluta da atuação de uma causa é o que está em jogo aqui. Assim, novamente, o argumento alcança a conclusão almejada apenas se supomos que o arbítrio é determinável por uma razão *pura* prática, mas isto nos conduz ao antigo círculo¹⁰. Talvez devamos supor que Kant em nenhum momento da **Fundamentação**, percebeu este tipo de problema. Sua preocupação teria sido com um problema que logicamente precede a este, mas que não deveria ter sido caracterizado como um círculo, como de fato foi.

⁹ Parece-me estranho que Kant, até onde sei, sempre se refira a uma causalidade inteligível como sinônimo de causalidade livre. Da mesma forma que não podemos compreender ou explicar como se dá uma causalidade livre, mas podemos admitir sua possibilidade no mundo inteligível, também podemos admitir que seja possível uma causalidade inteligível determinada de alguma forma por outra causalidade inteligível, portanto, não-livre ou heterônoma. Assim, é condição necessária para uma causalidade livre que ela seja também inteligível, porém não é uma condição suficiente.

¹⁰ Comentando os problemas lógicos do argumento de Kant, não podemos deixar de notar que, apesar de Kant insistir no caráter sintético da relação entre a moralidade e a vontade (e assim no caráter sintético da relação entre a vontade e a liberdade, esta analiticamente ligada à moralidade), seu procedimento de prova não é de fato adequado a um juízo sintético *a priori*, mas sim a um juízo analítico. Encontra-se no conceito de vontade o conceito de racionalidade, neste encontrar-se-ia a necessidade da pressuposição da liberdade e desta se chegaria à moralidade, tudo por simples análise, ou seja, o que deveria ser o terceiro termo entre a vontade e a liberdade, a racionalidade, já é apresentado como contido no primeiro termo, a vontade, o que mostra que Kant não aplicou com precisão a estrutura de uma dedução “transcendental”. Como comparação, podemos usar a prova de um juízo sintético como “todo acontecimento tem uma causa”. O conceito de experiência (ou de síntese objetiva do diverso da intuição sensível) faz as vezes de terceiro termo, isto é, sua necessidade (provada pelo argumento da necessária unidade sintética da apercepção) leva à prova daquele juízo sintético quando ele é demonstrado como sua condição de possibilidade. O conceito de experiência não está contido no conceito de acontecimento e este é o ponto quando se trata de provar um juízo sintético e não analítico. Sendo assim, é muito plausível pensarmos que o erro de Kant se origina do fato dele ter tratado um juízo sintético como analítico, sem perceber, pois, como não poderia mesmo ter encontrado no conceito de vontade o conceito de liberdade, dado o caráter da relação entre esses conceitos, precisou incluir sub-repticiamente o conceito de moralidade no conceito de vontade para que a análise, “disfarçada” de dedução “transcendental”, alcançasse a liberdade, daí a circularidade.

5. UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DA OBJEÇÃO DE CIRCULARIDADE

Se Kant tivesse percebido um círculo, quando infere da racionalidade à necessária pressuposição da liberdade da vontade e desta à moralidade, no momento da passagem da racionalidade para a pressuposição da liberdade, onde a moralidade já estaria pressuposta, ele poderia esperar algo da distinção entre o mundo inteligível e o sensível somente (i) se ele pretendesse obter a necessária pressuposição ou mesmo a realidade de uma causalidade inteligível independentemente não só da lei moral, como também da liberdade e (ii) se fosse possível inferir do conceito de causalidade inteligível o conceito de causalidade livre. Kant talvez concedesse (ii), mas não pretende (i). Podemos pensar que Kant simplesmente errou, ou seja, que ele reconheceu o problema da forma exposta, mas não o que seria realmente necessário para resolvê-lo. Esta interpretação seria razoável e teria apoio textual (principalmente nos parágrafos que seguem imediatamente ao quarto). No entanto, ela tem uma desvantagem: desvaloriza profundamente a especificidade do §4, ou seja, a ausência do duplo ponto de vista. Kant pensa, no argumento preliminar, como um realista transcendental e, no argumento definitivo, como um idealista transcendental. O §10 é bastante claro; só a partir dele a distinção inteligível-sensível, que deve resolver o círculo, passa a valer. Logo, é legítimo tentar pensar o círculo apontado na **Fundamentação**, como um círculo pensado por Kant como sendo próprio de uma filosofia moral que se ampara na concepção de realidade rival à sua. É isto que passo a fazer.

É plausível a hipótese de que Kant teria direcionado sua objeção de circularidade não à passagem da racionalidade à pressuposição da liberdade transcendental, mas, antes disto, à própria colocação da racionalidade. A racionalidade, no argumento preliminar, seria dependente da moralidade e assim a pressuposição da liberdade transcendental já teria na sua fundamentação a presença do que se quer fundamentar através dela. Isto se torna mais claro quando observamos que em todas as passagens da terceira seção da **Fundamentação**, nas quais Kant se refere à racionalidade, ele frisa a idéia de liberdade lógica, isto é, a independência que esta tem que pressupor com relação ou a influências estranhas de um modo geral (Cf. **FMC**, III, §4, BA 101) ou simplesmente a influências sensíveis (Cf. **FMC**, III, §13, BA 107-8, §15, BA 109 e §25, BA 117). Ora, o realismo transcendental, pressuposto no §4, não pode admitir ao mesmo tempo a natureza e a pressuposição da liberdade (mesmo a lógica), porque só pode olhar o mundo sob um aspecto. Suponho então que Kant tenha pensado que o realista transcendental teria que abandonar a racionalidade, e com ela toda liberdade, a não ser que admitisse a validade da moralidade, cujo princípio implica em racionalidade.

A sugestão acima tem apoio textual na seguinte passagem: “se até mesmo o pensamento de liberdade se contradiz a si mesmo ou à natureza, que é igualmente necessária, teria ela que ser abandonada inteiramente em face da necessidade natural” (**FMC**, III, §22, BA 115)¹¹. Se Kant pensa assim, teria que ter aplicado isto ao §4. Talvez então ele tenha pensado que a única forma de evitar esta conclusão (o abandono da liberdade), sem o duplo ponto de vista, seria a pressuposição da validade da lei moral. Daí a circularidade estar presente aqui e ausente no argumento definitivo, onde não há contradição entre nos pensarmos como inteligência e como seres sensíveis, e, portanto, a liberdade não precisaria ser abandonada.

¹¹ Poderíamos perguntar a Kant, se a natureza é “*igualmente* necessária”, então por que a liberdade é que é abandonada? Parece que seria mais razoável dizer que haveria um conflito da razão consigo mesma, portanto, que nem liberdade, nem natureza seriam estabelecidas.

Embora possamos acreditar que isto tenha sido realmente o que Kant pensou, por podermos nos convencer que o ponto essencial de sua objeção ao §4 é a ausência de seus próprios pressupostos metafísicos neste parágrafo, não se pode negar que esta leitura torne ainda mais tortuoso o caminho de Kant na terceira seção da **Fundamentação**. A decorrência do argumento que levaria ao círculo se torna inviável quando interpretamos assim o §4, embora a moralidade entre em jogo para evitar que o defensor da liberdade tenha que sucumbir frente ao defensor do determinismo, não há como pressupor a validade da moralidade sem a mesma contradição com a natureza. Assim, se Kant acredita que a necessidade natural não pode ser abalada e, por isso, desconsidera seu argumento pela necessidade da pressuposição da liberdade, também não pode recorrer à moralidade para garantir esta. O problema persiste, a moralidade, justamente, por implicar na liberdade, contradiz a necessidade natural. Por conseguinte, Kant não tem nem a chance de se envolver em um círculo. Ele mesmo abona esta sugestão, concedendo que se a contradição não é resolvida, a filosofia moral é interdita. O fatalista poderia com razão “expulsar toda a moral do seu pretense domínio que ela possui sem título algum” (FMC, III, §23, BA 116). Não há espaço conceptual para a pressuposição da moral e a decorrência da liberdade com o círculo no §4.

Sendo assim, enquanto a interpretação anterior atribui a Kant um equívoco sobre o que seria necessário para resolver o círculo na passagem da liberdade lógica para a liberdade transcendental, temos uma hipótese de que ele não percebeu este círculo em nenhum momento da **Fundamentação**. Ele detectou um problema anterior a este, que inviabilizaria o desenvolvimento do argumento até este ponto. Mas o detectou erroneamente como um círculo, porque, resumindo os argumentos acima, se há uma contradição inevitável entre natureza e liberdade não há como buscar socorro na moralidade. A suposta validade da moral, justamente na medida em que implica em liberdade, não pode ser assumida. Talvez possamos então dizer que o erro de Kant não foi supor que o duplo ponto de vista poderia resolver o círculo, mas não percebê-lo e interpretar mal um problema anterior, o que é mais grave, embora mais condizente com o contexto do §4.

Embora possa parecer desabonadora a atribuição de um erro relativamente grosseiro a Kant, não podemos negar três pontos: 1) não há duplo ponto de vista no §4; 2) não há, para o próprio Kant, possibilidade lógica para pressupormos a validade da moral, tanto quanto a racionalidade, sem o duplo ponto de vista e; 3) não há círculo sem a pressuposição da lei moral. A vantagem sobre a interpretação anterior é que esta última tem que supor que Kant poderia falar tranqüilamente em racionalidade no §4 e introduziu o duplo ponto de vista para resolver um problema que não é específico do realismo transcendental, pois se repete no argumento definitivo, o que não tem sentido. Mesmo se supormos que Kant se referia ao círculo na passagem da racionalidade para a liberdade transcendental e errou ao pensar que o duplo ponto de vista pudesse lhe ajudar com este problema, não podemos negar que seria um erro de Kant não atentar para os problemas típicos do realismo transcendental do §4 que precedem a esse círculo e também seria muito estranho de sua parte que ele, ignorando estes problemas no momento, introduzisse justamente os pressupostos do idealismo transcendental como solução.

BIBLIOGRAFIA

ALLISON, Henry. **Kant's Theory of Freedom**. New York : Cambridge University Press, 1990.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique Morujão. 4 ed. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1997.

_____ **Crítica da Razão Prática**. Trad. Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 1997.

_____ **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. São Paulo : Abril Cultural, 1980.

_____ **La Metafísica de las Costumbres**. Trad. Adela Cortina Orts e Jesus Conill Sancho. Madrid : Tecnos, 1994.

_____ **Prolegômenos a qualquer Metafísica Futura que Possa Vir a Ser Considerada como Ciência**. Trad. Tânia Maria Bernkopf. São Paulo : Abril Cultural, 1980.

PATON, H. J. **The Categorical Imperative: a study in Kant's moral philosophy**. London : Hutchinson, 1970.